

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 15/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

L. D. 625/66

In exercise of the powers conferred by paragraph 2 of the Removal of Difficulties Order, 1962, and of all other powers enabling me in this behalf, I, K. R. Damle, Lieutenant Governor of Goa, Damán and Diu, direct that in modification of the Order of the 18th August, 1965, the Director of Health Services, be appointed as a Member of the Disciplinary Board in place of the Secretary, Revenue Department.

K. R. Damle
Administrator

Panjim, 4th February, 1966.

Secretariat

Notification

GAD-PER-316

On his appointment as Chief Secretary, Himachal Pradesh, Shri M. C. Sharma, I. A. S. relinquished charge of the Office of the Chief Secretary, Government of Goa, Damán and Diu with effect from the afternoon of the 28th January, 1966.

On transfer from the Government of Rajasthan, Shri G. K. Bhanot, I. A. S. Director, Removal of Public Grievances and Ex-Officio Secretary Rajasthan Government has been appointed as Chief Secretary, Government of Goa, Damán and Diu with effect from the afternoon of the 28th February, 1966, until further orders.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Damán and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary, General Administration Department.

Panjim, 7th February, 1966.

Home Department

Order

HD-33-6662/65

In supersession of the previous order no. HD-33-6662/65, dated the 5th June, 1965, Government is pleased to order that the Claims Committee constituted under Government Notification no. HD-33-10015/65, dated 8/9/1965 consisting of the following members will also scrutinize the claims of

(Tradução)
GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

L. D. 625/66

No uso das faculdades conferidas pelo § 2.º de «Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Dio, K. R. Damle, determina, em substituição da portaria de 18 de Agosto de 1965, que o Director dos Serviços de Saúde, seja nomeado vogal do Conselho Disciplinar, em vez do secretário do Departamento de Rendimentos.

K. R. Damle
Administrador

Pangim, 4 de Fevereiro de 1966.

Secretaria

Portaria

GAD-PER-316

Tendo sido nomeado Secretário-Chefe de Himachal Pradesh, o Sr. M. C. Sharma, I. A. S., deixou as funções do cargo de Secretário-Chefe do Governo de Goa, Damão e Dio, a partir de 28 de Janeiro de 1966, após o meio-dia.

Tendo sido transferido do Governo de Rajasthan, o Sr. G. K. Bhanot, I. A. S., director, «Removal of Public Grievances» e Secretário ex-officio, do Governo de Rajasthan, é nomeado Secretário-Chefe do Governo de Goa, Damão e Dio, a partir de 28 de Fevereiro de 1966, após o meio-dia, até ordens ulteriores.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Dio.

D. V. Savant, Secretário adjunto do Departamento da Administração Geral.

Pangim, 7 de Fevereiro de 1966.

Departamento do Interior

Portaria

HD-33-6662/65

Em substituição da portaria anterior n.º HD-33-6662/65, de 5 de Junho de 1965, o Governo determina que a Comissão encarregada de reclamações, constituída pela Portaria n.º HD-33-10015/65, de 8 de Setembro de 1965, composta das entidades abaixo mencionadas, também apreciará as reclamações

the persons whose properties were damaged due to the explosion of bridges on the 18th and 19th December, 1961 and recommend to Government the compensation which may be paid to the claimants.

1. Custodian of Evacuee Property, Panjim — Chairman.
2. Commissioner of Revenue and Taxes, Panjim — Member.
3. Deputy Secretary (Finance) — Member.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Mainkar, Under Secretary, Home Department.
Panjim, 2nd February, 1966.

Revenue Department

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/37/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for public purpose viz for establishment of Davorlim Industrial Estate.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange, or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector, after the date of this notification, will under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under Section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is also pleased to authorise under sub-Section (2) of Section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Director of Industries and Mines, Goa, Daman and Diu.

5. Under clause (c) of Section 3 of the Land Acquisition Act, 1894, the Government is further pleased to appoint the Deputy Collector South Sub-Division, Margão who may for the time being be in charge of the Taluka to perform the functions of a Collector under Section 5-A of the said Act, in respect of the said land.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Salcete	Davorlim	A block of land, bounded on the North by the access road leading to Chowgule College and St. Jose de Areal; on the South by the Railway Line; on the East by the property believed to be belonging to João Colaço Xavier Miranda Percar of Maina; on the West by the property believed to be belonging to Shri Baburao Ananta Raicar etc.	80 Hectares

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).
Panjim, 28th January, 1966.

ções de indivíduos cuja propriedade tenha sofrido danos devido à explosão de pontes em 18 e 19 de Dezembro de 1961, e recomendará ao Governo a compensação a ser paga as partes interessadas.

1. Gestor da propriedade de evacuados, Pangim — Presidente.
2. Comissário de Rendimentos e Impostos, Pangim — Vogal.
3. Secretário Adjunto (Finanças) — Vogal.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. K. Mainkar, Subsecretário do Departamento do Interior.
Pangim, 2 de Fevereiro de 1966.

«Revenue Department»

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/37/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da fundação do «industrial estate» de Davorlim.

Torna-se público, ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)», que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos nele feitos, sem autorização do Collector, após a data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno:

1. Collector de Goa.
2. Director de Indústrias e Minas de Goa, Damão e Diu.

5. Ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do «Land Acquisition Act, 1894», o Governo nomeia o Collector Adjunto da sub-divisão de sul, de Margão, presentemente à testa do concelho, para exercer as funções de Collector, ao abrigo do artigo 5-A do referido Act, em relação ao aludido terreno.

QUADRO

Concelho	Aldela	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Salcete	Davorlim	Bloco de terreno, confrontado de nascente, pela rua que se dirige ao Chowgule College e S. José de Areal; de sul, pela linha do caminho de ferro; de nascente, pelo terreno que se presume pertencer a João Colaço Xavier Miranda Percar, de Maina e de poente, pela propriedade que se presume pertencer ao Sr. Baburao Ananta Raicar, etc.	80 hectares

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).
Pangim, 28 de Janeiro de 1966.

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

N.º RD/LQN/36/66 — Whereas it appears to the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is needed for public purpose viz for establishment of Tivim Industrial Estate.

It is hereby notified under the provisions of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894) that the said land is needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay or improvements made therein without the sanction of the Collector after the date of this Notification, will, under section 24 (seventh) of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a final notification to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to direct under sub-section (4) of section 17 of the said Act that as the acquisition of the said land is urgently necessary, the provisions of section 5A, of the said Act shall not apply in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa.
2. The Director of Industries & Mines, Goa, Daman and Diu.

SCHEDULE

Taluka	Village	Description of the said land	Approximate area
Bardez	Tivim	Part of Plot no. 406 of the Comunidade of Tivim, bounded on the North by the boundary of Colvale village and plot believed to be belonging to the heirs of Augusto P. Nazareth and others; on the South by portion of Mapusa Sanquelim Highway and Mud-road going to Colvale village; on the East by plot believed to be belonging to the heirs of Augusto P. Nazareth and others and on the West by the boundary of Colvale village.	80 Hectares

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).

Panjim, 28th January, 1966.

Finance Department

Notification

FD/F.III/2-42/part/3077/65/66

In exercise of the powers conferred by rule 9 of the Indian Stamp Rules, 1925 the Lieutenant Governor is pleased to declare that the person in charge of the Taluka Revenue Office during the absence of the Head of the Taluka Revenue Office should be deemed to be the proper officer for the purpose of the Law Department's notification dated 30th March, 1964 issued in terms of the Goa, Daman and Diu (Laws) no. 2

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/36/66 — Considerando que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da fundação do «Industrial estate», de Tivim.

Torna-se público ao abrigo do disposto no artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)» que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, depois da data deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo mais determina ao abrigo da alínea (4) do artigo 17.º do referido Act que, como a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade, o disposto no artigo 5A do mesmo Act, não terá aplicação em relação ao dito terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei em relação ao aludido terreno.

1. Collector de Goa.
2. Director de Indústrias e Minas de Goa, Damão e Diu.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Descrição do aludido terreno	Área aproximada
Bardês	Tivim	Parte do lote n.º 406, da comunidade de Tivim, confrontado de norte, pelo limite da aldeia de Colvale e terreno que se presume pertencer aos herdeiros de Augusto P. Nazareth e outros; de sul, por uma parte da estrada nacional de Mapuçá a Sanquelim e rua que se dirige à aldeia de Colvale; de nascente, pelo terreno que se presume pertencer aos herdeiros de Augusto P. Nazareth e outros e de poente, pelo limite da aldeia de Colvale.	80 hectares

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).

Pangim, 28 de Janeiro de 1966.

Departamento das Finanças

Portaria

FD/F.III/2-42/part/3077/65/66

No uso das faculdades que lhe são conferidas pela norma 9.ª de «Indian Stamp Rules, 1925», o Governador-tenente determina que o funcionário que estiver a desempenhar as funções de Chefe da Repartição de Fazenda Concelhia, durante o impedimento deste, será considerado como sendo a entidade competente para os fins do disposto na portaria do Departamento de Justiça, de 30 de Março de 1964, expedida nos termos de

Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)

No. RD/LQN/219/65 — Whereas by Government Notification Revenue Department, no. RD/LQN/219/65, dated 21st October, 1965, it was notified that the land, specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as «the said land») was needed for the public purpose viz. for construction of public road at Ambelim.

And whereas the Government of Goa, Daman and Diu (hereinafter referred to as «the Government») it satisfied that the said land is needed to be acquired at the public expense for the public purpose specified above.

It is hereby declared under the provisions of Section 6 of the said Act that the land is required for the public purpose specified above.

The Deputy Collector, South Sub-Division, Margão, in charge of the Margão Taluka is hereby appointed under clause (1) of Section 3 of the said Act to perform the functions of a Collector for all proceedings hereafter to be taken in respect of the said land. He is also directed under Section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

And whereas the acquisition of the said land is urgently necessary.

The Government is pleased to direct under Sub-Section (1) of Section 17 of the said Act, that the Collector shall at any time on expiration of fifteen days from the publication of the Notice relating to the said land, under Sub-Section (1) of Section 9 of the said Act, take possession of all waste or arable land.

A plan of the said land can be inspected at the office of the Collector of Goa, Secretariat — Panjim.

SCHEDULE

Taluka	Village	Plot No.	Description of the said land		Area after measurement in Sq. mts.
			Name of the Plot	Survey No.	
Margão	Ambelim	I A	Bailem Cantem	450	313
		I B	Bailem Cantem	450	352
		II	Tolem	533	65
		III	Gorconacalem	528	252
			Cantem or Am-bechem Maddem.		
		IV	Tolem	533	72
		V	Tollem	533	60
		VI	Goalem	532	264
		VII	Bilma	535	1238
		VIII	Rumlea Moroda	629	134
		IX	Rumlea Moroda	630	133
		X	Rumlea Moroda	183	109
		XI	Calloganto	633	290
		XII	Pattmem	1017, 1018, 1019 & 1020	174
		XIII	Pattmem	667	271
		XIV	Lanco	255	237
		XV	Boirem Maddem	738	204
		XVI	Boirem Maddem	739	46
		XVII	Boirem Maddem	739	49
		XVIII	Boirem Maddem	740	81
		XIX	Boirem Maddem	749	140
		XX	Chaddo	751	264
		XXI	Zaullo Ogor	752	111
		XXII	Catarinachi Agri	755	48
		XXIII	Catarinachi Agri	755	276
		XXIV	Catarinachi Agri	755	28
		XXV	Colleacho Dando	756	114
		XXVI	Colleacho Dando	756	176
		XXVII	Danlia Maddem	757	177
		XXVIII	Panvot	758	264
		XXIX	Panvot	758	80
		XXX	—	—	16

6038

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).

Panjim, 20th January, 1966.

«Land Acquisition Act, 1894 (Act I of 1894)»

N.º RD/LQN/219/65 — Atendendo a que foi tornado público, por despacho n.º RD/LQN/219/65, de «Revenue Department», de 21 de Outubro de 1965, que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da construção da estrada pública em Ambelim.

Tendo em vista que o Governo de Goa, Damão e Diu (referido daqui em diante como «Governo») considera necessário adquirir o aludido terreno com o tesouro público para os fins acima referidos.

Por este se declara, nos termos do disposto no artigo 6.º do referido Act, que o mesmo terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Collector Adjunto da sub-divisão de sul, de Margão, à testa do concelho de Salsete, é nomeado, ao abrigo da alínea (1) do artigo 3.º do referido Act, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno, devendo, ao abrigo do artigo 7.º do mesmo Act, tomar as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

Considerando, finalmente, que a aquisição do aludido terreno é de urgente necessidade;

O Governo determina, ao abrigo da alínea (1) do artigo 17.º do referido Act, que o Collector poderá tomar posse de todo o terreno inculto ou cultivável, em qualquer altura após ter expirado o prazo de quinze dias contado da data da publicação do aviso relativo ao aludido terreno, ao abrigo da alínea (1) do artigo 9.º do referido Act.

O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do Collector de Goa, na Secretaria Geral, em Pangim.

QUADRO

Concelho	Aldeia	Terreno no.	Descrição do aludido terreno		Área em metros quadrados depois da medição
			Denominação do terreno	N.º de cada- stro	
Margão	Ambelim	I A	Bailem Cantem	450	313
		I B	Bailem Cantem	450	352
		II	Tolem	533	65
		III	Gorconacalem	528	252
			Cantem ou Am- bechem Maddem.		
		IV	Tollem	533	72
		V	Tollem	533	60
		VI	Goalem	532	264
		VII	Bilma	535	1238
		VIII	Rumlea Moroda	629	134
		IX	Rumlea Moroda	630	133
		X	Rumlea Moroda	183	109
		XI	Cailoganto	633	290
		XII	Pattmem	1017, 1018, 1019 e 1020	174
		XIII	Pattmem	667	271
		XIV	Lanco	255	237
		XV	Boirem Maddem	738	204
		XVI	Boirem Maddem	739	46
		XVII	Boirem Maddem	739	49
		XVIII	Boirem Maddem	740	81
		XIX	Boirem Maddem	749	140
		XX	Chaddo	751	264
		XXI	Zaullo Ogor	752	111
		XXII	Catarinachi Agri	755	48
		XXIII	Catarinachi Agri	755	276
		XXIV	Catarinachi Agri	755	28
		XXV	Colleacho Dando	756	114
		XXVI	Colleacho Dando	756	176
		XXVII	Danlia Maddem	757	177
		XXVIII	Panvot	758	264
		XXIX	Panvot	758	80
		XXX	—	—	16

6088

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

Sripad Anant Nadkarni, Secretary (Revenue).

Panjim, 20 de Janeiro de 1966.

Regulation 1963 in relation to the Indian Stamp Act 1899 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Deputy Secretary (Finance).
Panjim, 1st February, 1966.

Law Department

Order

L.D.608/66

In exercise of the powers conferred by sub-section (1) of section 401 of the Code of Criminal Procedure, 1898 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu and of all other powers enabling him in that behalf, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby suspends the punishment of «Imposto de Justiça» on the following persons who were convicted and sentenced to pay the said «Imposto de Justiça».

Sr. No.	Case no.	Name of person
1	20880	Crisna Visvonata Folo Desai.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.
Kant Desai, Under Secretary.
Panjim, 27th January, 1966.

Industries and Labour Department

Order

ILD/MC/2011/64

Dr. D. B. Dessai, Associate Professor of Biochemistry in the Goa Medical College is temporarily promoted to the post of Professor of Biochemistry. He will be governed on the deputation terms and conditions contained in Government order no. ILD/MC/551/65 dated 20th September, 1965.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary (Health).
Panjim, 29th January, 1966.

Order

ILD/MC/573/65

Read: Government Order No. ILD/MC/573/65 dated 9-6-1965.

Dr. D. A. Jejuriar, Lecturer in Surgery of Medical College, Aurangabad, whose services have been placed on deputation at the disposal of Government of Goa, Daman and Diu is temporarily appointed to the post of Professor of Surgery in Goa Medical College, Panjim on the following terms and conditions with effect from 17th January 1966 (F. N.):

1. The deputation will be for a period of one year from the date of his relief by Government of Maharashtra or till he is absorbed by the Government of Goa, Daman and Diu in the same post or till he is repatriated by the Government of Goa, Daman and Diu, whichever is earlier.
2. He will draw the pay of the post of Professor of Surgery in the scale of Rs. 1100-50-1400 plus N. P. A. at the rate of 25 per cent of basic pay subject to a maximum of Rs. 400/- p.m. and other allowances as admissible and sanctioned from time to time.
3. Government of Maharashtra should maintain his lien on the post of Lecturer of Surgery, under the State Government till he is absorbed in the post under Government of Goa, Daman and Diu or till he is repatriated by the Government of Goa, Daman and Diu, whichever is earlier.
4. He will be entitled to joining time pay and allowances, transfer T. A. as admissible under the F. R. and S. R.

«Goa, Daman and Diu (Laws) no. 2 Regulation 1963», em relação ao «Indian Stamp Act, 1899», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Secretário adjunto (Finanças).
Pangim, 1 de Fevereiro de 1966.

Departamento de Justiça

Portaria

L.D.608/66

No uso das faculdades conferidas pela alínea (1) do artigo 401.º do Código Penal de 1898, conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, suspende a pena do Imposto de Justiça, a que foi condenado o seguinte indivíduo.

N.º de série	N.º de processo	Nome.
1	20880	Crisna Visvonata Folo Desai.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.
Kant Desai, Subsecretário.
Pangim, 27 de Janeiro de 1966.

Departamento de Indústrias e Trabalho

Portaria

ILD/MC/2011/64

O Dr. D. B. Dessai, professor agregado de Bioquímica da Faculdade de Medicina de Goa, é promovido, temporariamente, a professor de Bioquímica, ficando sujeito às condições de destacamento constantes da Portaria n.º ILD/MC/551/65, de 20 de Setembro de 1965.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

D. V. Savant, Secretário adjunto (Saúde).
Pangim, 29 de Janeiro de 1966.

Portaria

ILD/MC/573/65

Ref: Portaria n.º ILD/MC/573/65, de 9 de Junho de 1965.

O Dr. D. A. Jejuriar, «Lecturer» de cirurgia, da Faculdade de Medicina de Aurangabad, cujos serviços foram postos à disposição do Governo de Goa, Damão e Diu, em comissão de serviço, é nomeado, temporariamente, professor de cirurgia da Faculdade de Medicina de Goa, em Pangim, sujeito às seguintes condições, a partir de 17 de Janeiro de 1966 (antes do meio-dia).

1. A comissão de serviço será por período de um ano, a partir da data em que o mesmo seja dispensado pelo Governo de Maharashtra ou até que seja absorvido pelo Governo de Goa, Damão e Diu, no referido lugar, ou até que o Governo de Goa, Damão e Diu reponha os seus serviços à disposição do Estado da procedência conforme a hipótese que se verificar mais cedo.
2. O mesmo terá direito ao vencimento de lugar de professor de cirurgia, na escala de Rps. 1100-50-1400, acrescido do subsídio de 25 por cento do vencimento-base, por não lhe ser permitido o exercício da profissão, sujeito ao mínimo de Rps. 400/- por mês, e doutros subsídios admissíveis, conforme for em autorizados periodicamente.
3. O Governo de Maharashtra manterá o seu direito ao lugar de «Lecturer» de cirurgia, subordinado ao Governo Estadual, até que o mesmo seja absorvido pelo Governo de Goa, Damão e Diu, no lugar acima referido, ou até que os seus serviços sejam repostos à disposição do Estado da procedência, pelo Governo de Goa, Damão e Diu.
4. O mesmo terá direito ao vencimento e subsídios à data da entrada no exercício das funções e bem assim ao subsídio de deslocamento admissível de conformidade com «F. R. e S. R.».

5. Government of Goa, Daman and Diu will bear the liability towards leave salary and pension of the officer in accordance with the principles governing the incidence of leave and pension laid down in Appendix 3 of the Accounts Code Vol. 1.

The expenditure should be debited to Budget Head-29-Medical-C.1(1) Pay of Officers C.1(3) Allowances and Honoraria.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary (Health).
Panjim, 31st January, 1966.

Order
ILD/MC/238/65

Read: Government Order No. GOA/PH/7 dated 16-3-1963.

Dr. D. S. Shrotri, Junior Lecturer in Pharmacology of Medical College Aurangabad, whose services have been placed on deputation at the disposal of Government of Goa, Daman and Diu, is temporarily appointed to the post of Assistant Professor of Pharmacology in Goa Medical College, Panjim on the following terms and conditions with effect from 17th January, 1966 (F. N.):

1. The deputation will be for a period of one year from the date of his relief by Government of Maharashtra or till he is absorbed by the Government of Goa, Daman and Diu in the same post or till he is repatriated by the Government of Goa, Daman and Diu, whichever is earlier.
2. He will draw the pay of the post of Assistant Professor of Pharmacology in the scale of Rs. 570-30-600-35-670-EB-35-950 plus N. P. A. at the rate of 25 per cent of basic pay subject to a minimum of Rs. 150/- p.m. and other allowances as admissible and sanctioned from time to time.
3. Government of Maharashtra should maintain his lien on the post of Junior Lecturer of Pharmacology, under the State Government till he is absorbed in the post under Government of Goa, Daman and Diu or till he is repatriated by the Government of Goa, Daman and Diu, whichever is earlier.
4. He will be entitled to joining time pay and allowances, transfer T. A. as admissible under the F. R. and S. R.
5. Government of Goa, Daman and Diu will bear the liability towards leave salary and pension of the officer in accordance with the principles governing the incidence of leave and pension laid down in Appendix 3 of the Accounts Code Vol. 1.

The expenditure should be debited to Budget Head-29-Medical-C.1(1) Pay of Officers C.1(3) Allowances and Honoraria.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

D. V. Savant, Deputy Secretary (Health).
Panjim, 31st January, 1966.

Notification
I&L/I/31/66/244

In exercise of the powers conferred under section 3 of the Goa, Daman and Diu Industrial Development Act, 1965 (No. 22 of 1965), the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu appoints the first day of February 1966 as the date on which the Corporation by the name of «The Goa, Daman and Diu Industrial Development Corporation» shall be established in this Union Territory.

By order and in the name of the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

B. K. Chougule, Secretary, Industries and Labour Department.
Panjim, 1st February, 1966.

5. O Governo de Goa, Damão e Diu suportará o encargo com o seu vencimento durante a licença e pensão, de conformidade com as normas que regulam o direito à licença e pensão constantes do apêndice 3 do «Accounts Code» Vol. 1.

O respectivo encargo será satisfeito pela verba «29-Medical-C.1(1) Pay of Officers C.1(3) Allowances and Honoraria».

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

D. V. Savant, Secretário adjunto (Saúde).
Pangim, 31 de Janeiro de 1966.

Portaria
ILD/MC/238/65

Ref.: Portaria n.º Goa PH/7, de 16 de Março de 1963.

O Dr. D. S. Shrotri, «Junior Lecturer» de Farmacologia, da Faculdade de Medicina de Aurangabad, cujos serviços foram postos à disposição do Governo de Goa, Damão e Diu, em comissão de serviço, é nomeado, temporariamente, professor assistente de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Goa, em Pangim, sujeito às seguintes condições, a partir de 17 de Janeiro de 1966 (antes do meio-dia).

1. A comissão de serviço será por período de um ano, a partir da data em que o mesmo seja dispensado pelo Governo de Maharashtra ou até que seja absorvido pelo Governo de Goa, Damão e Diu, no referido lugar, ou até que o Governo de Goa, Damão e Diu reponha os seus serviços à disposição do Estado de procedência, conforme a hipótese que se verificar mais cedo.
2. O mesmo terá direito ao vencimento do lugar de professor assistente de Farmacologia na escala de Rps. 570-30-600-35-670-EB-35 950, acrescido do subsídio de 25 por cento do vencimento-base, por não lhe ser permitido o exercício da profissão, sujeito ao mínimo de Rps. 150/- por mês e doutros subsídios admissíveis, conforme forem autorizados periodicamente.
3. O Governo de Maharashtra manterá o seu direito ao lugar de «Junior Lecturer» de Farmacologia, subordinado ao Governo Estadual, até que o mesmo seja absorvido pelo Governo de Goa, Damão e Diu, no lugar acima referido, ou até que os seus serviços sejam repostos à disposição do Estado de procedência, pelo Governo de Goa, Damão e Diu.
4. O mesmo terá direito ao vencimento e subsídios à data da entrada no exercício das funções e bem assim ao subsídio de deslocamento admissível de conformidade com «F. R. e S. R.».
5. O Governo de Goa, Damão e Diu suportará o encargo com o seu vencimento durante a licença e pensão, de conformidade com as normas que regulam o direito à licença e pensão constantes do apêndice 3 do «Accounts Code» Vol. 1.

O respectivo encargo será satisfeito pela verba «29-Medical-C.1(1) Pay of Officers C.1(3) Allowances and Honoraria».

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

D. V. Savant, Secretário adjunto (Saúde).
Pangim, 31 de Janeiro de 1966.

Portaria
I&L/I/31/66/244

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 3.º de «Goa, Daman and Diu Industrial Development Act, 1965 (No. 22 of 1965), o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu designa o dia 1 de Fevereiro de 1966, como sendo a data em que a Corporação denominada «The Goa, Daman and Diu Industrial Development Corporation», será instituída neste território da União.

Por ordem e em nome do Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu.

B. K. Chougule, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.
Pangim, 1 de Fevereiro de 1966.